

Comissão de Segurança Social e Trabalho

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Data: 20 de janeiro de 2014

11H00

Iniciativa: Ana Clara Zaluar Nunes Basílio

Assunto: [Petição n.º 306/XIII/3.ª](#) - Pretendem que o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian permaneça na rede de equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Aos vinte dias do mês de janeiro de 2014, pelas onze horas e trinta minutos, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), na qualidade de relatora da petição supra identificada, recebeu em audição a primeira petionária, Ana Clara Zaluar Nunes Basílio (mãe de utente de dois anos e meio portadora de paralisia cerebral), que se fez acompanhar por Susana Pinto (utente adulta), Maria José Espírito Santo (terapeuta da fala), Margarida Nunes da Ponte (educadora) e Teresa Folha (enfermeira), em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de março, n.º 15/2003, de 4 de junho e pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, que procedeu à sua republicação (Lei do Exercício do Direito de Petição). Depois de os cumprimentar, propôs-se ouvi-los em nome da Comissão de Segurança Social e Trabalho acerca da matéria objeto da petição. O respetivo ficheiro áudio está disponível em:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?bid=968>
[13](#)

A primeira petionária começou por agradecer a disponibilidade da Deputada relatora. Reiterou a argumentação já aduzida aquando da apresentação da petição e explicou por que razão sentiu necessidade de tornar públicos problemas com que o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (único centro com o qual não foi renovado o contrato em Lisboa) se começou a debater. Disse que num primeiro momento



foram recolhidas cerca de 2293 assinaturas, totalizando no momento presente 5004 assinaturas.

Depois de a Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL) ter sido criada, sentiu grandes dificuldades económicas em setembro de 1977. O Governo de então aceitou o Centro e integrou-o no Ministério do Trabalho. Há três anos, o Instituto da Segurança Social fez um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e cedeu vários estabelecimentos, entre os quais o Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, que deverá passar de novo para a gestão da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa. As razões de tal opção constam de um memorando, segundo conseguiram apurar.

Já reuniram com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, "que não compra guerras" e que, como não quer o Centro, encontrou o parceiro, que é a Associação. Tudo isto lhes parece incompreensível. Foi-lhes explicado pela SCML que, desde há muitos anos, verifica-se uma situação de conflito entre as várias entidades porque se, por um lado, a Câmara Municipal de Lisboa cedeu os terrenos à Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian apoiou a construção do edifício da Associação num espaço que não é seu, por outro, a Associação passou entretanto a exigir uma "renda" ao Estado, não obstante ter cedido em tempos o usufruto do edifício de forma gratuita.

Porém, a Associação tem graves dificuldades financeiras e nunca se dedicou a gerir equipamentos de reabilitação, designadamente ao nível da intervenção precoce. Corroboraram que a gestão da SCML lhes trouxe muitas mais-valias: usufruíram de formação, o que não acontecia há muito tempo; também dão formação: no último ano, foi dada formação a 400 funcionários da SCML. No momento presente não têm diretora. A média de atendimento é de cerca de 700 utentes por ano. Para além do apoio que lhes é prestado, o Centro de Reabilitação exerce também investigação. De notar que as situações são cada vez mais complicadas como, por exemplo, a existência de crianças com défices nutricionais gravíssimos.

A final, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), depois de agradecer os contributos das peticionárias, que considerou muito úteis, explicou que a Comissão oficiou à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ao Governo e que, uma vez apresentado o relatório final, o mesmo será apreciado e votado pela Comissão competente e que, posteriormente,



quando for agendado o respetivo debate em Plenário, serão informados atempadamente desse agendamento.

Nada mais havendo a tratar, a audição foi encerrada por volta das doze horas e quarenta e cinco minutos.

A DEPUTADA RELATORA,

Joana Barata Lopes
Joana Barata Lopes

